



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

CONTAS

I. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

V. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



I. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2017	31/12/2016
ACTIVO:			
Ativo não Corrente:			
Activos fixos tangíveis	4	2 342 259,76	2 439 777,77
Bens do património histórico e cultural		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Outros Créditos e ativos não correntes	11/ 16.2.1	499,40	499,40
		2 342 759,16	2 440 277,17
Ativo Corrente:			
Inventários	7	4 472,55	2 947,69
Créditos a receber - Clientes e Utentes	16.2.3	15 980,54	25 823,08
Estado e outros entes públicos		-	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Diferimentos	16.2.5	3 468,19	6 575,10
Outros activos correntes	11/16.2.2-4	8 600,44	16 081,05
Caixa e depósitos bancários	16.2.6	3 409,95	6 145,33
		35 931,67	57 572,25
Total do Activo		2 378 690,83	2 497 849,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	16.2.7	12 191,05	12 191,05
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	16.2.7	(270 124,99)	(169 872,86)
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10/16.2.7	1 348 150,06	1 398 415,92
		(60 079,01)	(100 252,13)
Total dos Fundos Patrimoniais		1 030 137,11	1 140 481,98
Passivo			
Passivo não Corrente:			
Provisões		-	-
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos	16.2.10	1 043 457,96	1 056 754,07
Outras dividas a pagar	16.2.10	61 946,57	61 946,57
		1 105 404,53	1 118 700,64
Passivo Corrente:			
Fornecedores	16.2.8	82 700,50	73 945,05
Estado e outros entes públicos	16.2.9	21 512,25	22 891,02
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	16.2.10	24 000,00	18 000,00
Diferimentos			
Outros passivos correntes	16.2.10	114 936,44	123 830,73
		243 149,19	238 666,80
Total do Passivo		1 348 553,72	1 357 367,44
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		2 378 690,83	2 497 849,42



II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados	8	423 603,77	403 450,13
Subsídios, doações e legados à exploração	10	401 874,18	411 238,54
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(138 070,11)	(133 511,53)
Fornecimentos e serviços externos	16.2.12	(143 657,66)	(146 173,94)
Gastos com o pessoal	12	(530 878,22)	(556 197,29)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	8/16.2.11-13	94 172,86	101 996,22
Outros gastos	16.2.14	(14 891,08)	(7 573,61)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		92 153,74	73 228,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(97 518,01)	(98 562,26)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(5 364,27)	(25 333,74)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	6	(54 714,74)	(74 918,39)
Resultado antes de impostos		(60 079,01)	(100 252,13)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(60 079,01)	(100 252,13)



II. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	Notas	Demonstração das Alterações no Capital Próprio							Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Exced. Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajust. em Activos Financeiros	Exced. de revalorização	Outras Variações nos fundos patrimoniais	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	12.191,05			(169.872,86)			1.398.415,92	1.140.481,98
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tang. e intang.									
Exc. de var. de activos fixos tang. s e intang. e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	(100.252,13)	-	-	(50.265,86)	(50.265,86)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								
RESULTADO EXTENSIVO	9 = 7 + 8	12.191,05	-	-	(100.252,13)	-	-	-	(110.344,87)
OPERAÇÕES COM INTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações	10								
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	11 = 6 + 7 + 8 + 9 + 10	12.191,05	0,00	0,00	(270.124,99)	0,00	0,00	1.348.150,06	1.030.137,11



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

- 28 -

DESCRICÃO	Notas	Demonstração das Alterações no Capital Próprio							Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Exced. Técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Ajust. em Activos Financeiros	Exced. de revalorização	Outras Variações nos fundos patrimoniais	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	12 191,05			(72 930,39)			1 474 355,78	1 316 673,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tang. e intang.									
Exc. de ver. de activos fixos tang. e intang. e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(96 942,47)			(75 939,86)	(75 939,86)
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	7	-	-	-	(96 942,47)	-	-	(75 939,86)	(75 939,86)
RESULTADO EXTENSIVO	8								
	9 = 7 + 8	-	-	-	(96 942,47)	-	-	-	(100 252,13)
OPERAÇÕES COM INTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	10								
	11 = 6 + 7 + 8 + 9 + 10	12.191,05	0,00	0,00	-169 872,86	0,00	0,00	1 388 415,92	-100 252,13
									1 140 481,98



IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
RUBRICAS	PERÍODO	PERÍODO
	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	458 709,84	423 104,38
Recebimentos de subsídios	402 075,98	416 604,94
Pagamento ao estado	-159 643,07	-250 985,93
Pagamentos a fornecedores	-276 799,34	-342 665,29
Pagamentos ao pessoal	-369 906,72	-149 487,05
Caixa gerada pelas operações	54 436,69	96 571,05
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	4 635,38	-2 316,96
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	59 072,07	94 254,09
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	0,00	-5 000,00
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	0,00	-5 000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	670 000,00	619 000,00
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações	1 291,72	
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-678 384,43	-632 214,08
Juros e gastos similares	-54 714,74	-75 413,88
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-61 807,45	-88 627,96
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-2 735,38	626,13
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	6 145,33	5 519,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 409,95	6 145,33



V. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

NOTA 2 — REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 3 — POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. Bases de apresentação

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

NOTA 4 — ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

NOTA 5 — ACTIVOS INTANGÍVEIS

NOTA 6 — CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

NOTA 7 — INVENTÁRIOS

NOTA 8 — RENDIMENTOS E GASTOS

NOTA 9 — PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

NOTA 10 — SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

NOTA 11 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NOTA 12 — BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

NOTA 13 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

NOTA 14 — AGRICULTURA

NOTA 15 — DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

NOTA 16 — OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.2.1. Instrumentos financeiros

16.2.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

16.2.3. Clientes e utentes

16.2.4. Outros activos correntes

16.2.5. Diferimentos

16.2.6. Caixa e depósitos bancários

16.2.7. Fundos patrimoniais

16.2.8. Fornecedores

16.2.9. Estado e outros entes públicos

16.2.10. Outros passivos correntes e não correntes

16.2.11. Subsídios, doações e legados à exploração

16.2.12. Fornecimentos e serviços externos

16.2.13. Outros rendimentos

16.2.14. Outros gastos

16.2.15. Mapas das valências da entidade

13.2.16. Acontecimentos após data de balanço



V. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO, abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia do Torrão, fundada no ano de mil quinhentos e sessenta e um, é reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social desde 1983, com sede na Rua do Poço Mau n.º 4 em Torrão, está registada com o contribuinte n.º 501 185 631.

A natureza da actividade da Misericórdia é *apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento, nas valências de: centro de dia, serviço de apoio domiciliário e estrutura residencial para pessoas idosas.*

2 — REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Misericórdia e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), nomeadamente:

- ☒ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ☒ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- ☒ Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- ☒ NCRF – ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho; e
- ☒ Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258, de 29 de Julho.

2.2 — *Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:*

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Misericórdia.



2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Foram ajustadas no período as quantias referentes a adiantamentos a fornecedores e ainda os valores de outros activos financeiros. Estes ajustes não põem em causa o princípio da comparabilidade e tem por base o cumprimento do normativo aplicável.

3 — POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Misericórdia na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1.1. Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras:

3.1.1.1. Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, assumindo a manutenção da actividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2. Regime do acréscimo

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos em rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

3.1.1.3. Consistência e apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, serão identificadas e justificadas neste Anexo.



3.1.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens não materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grande número de transações ou acontecimentos que são agregados em rubricas de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração de resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.1.5. Compensação

Os activos e passivos, os rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e demonstração de resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento e vice-versa.

3.1.1.6. Informação Comparativa

As demonstrações financeiras estão comparáveis de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

3.1.2. — Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

3.1.2.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.



As depreciações foram calculadas, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, sendo aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor da realização e a quantia escriturada que estiver reconhecida na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

3.1.2.2. Ativos Intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, na existência de "Ativos Intangíveis" estes encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Sendo as amortizações a calcular, pelo método das quotas constantes, aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir da data da entrada em funcionamento, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem, durante a vida útil estimada. Não se considera qualquer valor residual para estes bens.

3.1.2.3. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados a custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, e a custos de conversão. Não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários. A Misericórdia adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out) nas matérias-primas, respeitando assim os prazos de validade.

3.1.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

- Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Misericórdia estão registados no ativo pela quantia realizável.



▪ Clientes e outras Contas a Receber

As contas de Clientes e Outras contas a receber estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), para assim refletir o valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de uma forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/utente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não vencidos.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como activos não correntes.

▪ Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Misericórdia avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

▪ Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica inclui os valores em caixa e depósitos bancários de curto prazo, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

▪ Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em fornecedores e outras contas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.2.5. Fundo Patrimonial

A rubrica de fundo patrimonial constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os fundos patrimoniais são compostos por: fundos atribuídos pelos fundadores ou terceiros, fundos acumulados e outros excedentes, subsídios, doações e legados.



3.1.2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Misericórdia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Misericórdia; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos - a existirem são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os Encargos Financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os financiamentos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Misericórdia tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Locações - Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.



Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo. Por outro lado, as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato são reconhecidas no passivo pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.2.8. Subsídios relacionados com ativos depreciables

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no fundo patrimonial e reconhecidos na demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

Subsídios do governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.1.3. — Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a Misericórdia intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.1.4. — Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.



4.1. — Divulgações para cada classe de ativos tangíveis:

4.1.1. — Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Esta rubrica inclui os seguintes valores:

Descrição	Saldo 31-12-2017	Saldo 31-12-2016
Valor Bruto:		
Edifícios e Outras Construções	2.836.391,39	2.836.391,39
Equipamento Básico	281.382,77	281.382,77
Equipamento de Transporte	88.679,36	88.679,36
Equipamento Administrativo	19.222,46	19.222,46
Outros Ativos Fixos Tangíveis	7.616,22	7.616,22
Total	3.233.292,20	3.233.292,20
Depreciação Acumulada:		
Depreciação do Período	97.518,01	98.562,26
Alienações	0,00	0,00
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	793.514,43	694.952,17
Total	891.032,44	793.514,43
Valor Líquido Contabilístico:	2.342.259,76	2.439.777,77



4.1.2. — Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para grupo de bens. Os terrenos não são depreciados.

4.1.3 — Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e Outras Construções		Equip. Básico	Equip. de Transport e	Equip. Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis
	Terreno	Edifícios				
Vidas Úteis		50	1 a 8	5	1 a 5	1 a 5
Taxas de Depreciação		2%	12,50% a 100%	20%	20% a 100%	20% a 100%
Métodos de Depreciação			Duodécimos			

4.1.4 — Reconciliação da quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações) no início e no fim do período:

Entre os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
Rubrica	Valor Bruto	Depreciação	Valor Líquido	Valor Bruto	Depreciação	Valor Líquido
Edifícios e Outras Construções	2.836.391,39	532.966,76	2.303.424,63	2.836.391,39	469.641,66	2.366.749,73
Equipamento Básico	281.382,77	242.899,39	38.483,38	281.382,77	220.726,84	60.655,93
Equipamento de Transporte	88.679,36	88.679,72	(0,36)	88.679,36	79.346,88	9.332,48
Equipamento Administrativo	19.222,46	18.870,35	352,11	19.222,46	18.694,31	528,15
Outros Ativos Fixos Tangíveis	7.616,22	7.616,22	0,00	7.616,22	5.104,74	2.511,48
Total	3.233.292,20	891.032,44	2.342.259,76	3.233.292,20	793.514,43	2.439.777,77



5 — ACTIVOS INTANGÍVEIS

5.1 — Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

Esta rubrica tem os seguintes valores como se segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Programas de Computador	11.601,24	11.601,24
Depreciação Acumulada:		
Depreciação do Período	0,00	0,00
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	11.601,24	11.601,24
Valor Líquido Contabilístico:	0,00	0,00

5.1.1.— Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes nos ativos intangíveis têm a sua vida útil finita, e estimada em 3 anos.

5.1.2 — Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas:

As depreciações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fracionada em duodécimos.

5.1.3 — Reconciliação da quantia bruta escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Durante os exercícios findos em 2017 e 2016, não existiu movimento no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.



6 — CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017	2016
Juros Suportados	47.136,80	68.494,59
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	7.577,94	6.919,29
TOTAL	54.714,74	75.413,88

7 — INVENTÁRIOS

7.1 — Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários foram valorizados ao custo, incluindo todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Mais concretamente as matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as mercadorias estão mensuradas ao custo de aquisição, compreendendo o preço de compra, gastos de transporte e manuseamento, deduzido dos descontos e abatimentos.

7.2 — Quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Esta rubrica é composta pelos seguintes valores:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	4.472,55	2.947,69

7.3 — Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período:

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas do exercício foi determinado como se segue:

Movimentos	2017	2016
Inventário Inicial	2.947,69	6.769,73
Compras	139.594,97	129.689,49
Inventário Final	4.472,55	2.947,69
Custos do Exercício	138.070,11	133.511,53



8 — RENDIMENTOS E GASTOS

8.1 — *Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:*

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O Rédito dos juros é reconhecido pelo método do juro efetivo.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

8.2 — *Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais:*

O rédito do período distribui-se pelas seguintes categorias:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	423.603,77	403.450,13
Outros Rendimentos e Ganhos	94.172,86	101.996,22

As principais alterações ocorridas, dizem respeito à resposta da estrutura residencial para pessoas idosas pelo aumento do número de utentes em situação privada, pelo que se verificou um aumento do valor da prestação de serviços. Por outro lado, os rendimentos suplementares diminuíram em relação a 2016.

9 — PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A Misericórdia analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com objetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a Mesa Administrativa procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

Pelo que a Misericórdia, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações financeiras provisões, passivos ou ativos contingentes.



10 — SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

10.1— Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:

Os subsídios atribuídos para financiamento de ativos tangíveis e/ou intangíveis são registados inicialmente no Fundo Patrimonial e reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas na mesma proporção das depreciações/amortizações do exercício dos ativos subsidiados.

Os subsídios reconhecidos pela Entidade, nestas condições apresentam-se como se segue:

Descrição	2017	2016
Subsidio Obras - PIDDAC	13.714,78	13.174,77
Subsidio Obras – Outros	11.808,81	11.808,81
Subsidio Obras – CMAS	5.288,00	5.288,00
Subsidio Obras – JFT	299,00	299,00
Subsidio Equipamento Lar - PRODER	6.286,36	22.717,72
Subsidio Equipamento Lar - CMAS	3.536,07	12.778,72
Subsidio Viatura - Fundo Socorro Social	9.332,84	9.332,84
TOTAL DE IMPUTAÇÃO DE SUBSIDIOS AO NVESTIMENTO	50.265,86	75.939,86

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados. Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2017	2016
Subsídios ISS IP		
Centro de Dia	32.013,43	30.367,35
Serviço de Apoio Domiciliário	145.032,89	145.054,94
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	143.965,44	139.958,70
Vagas Extra Acordo	64.921,14	58.419,00
Vagas Reservadas	11.240,80	23.353,64
Subsidio IIEFP		
Contrato Emprego Inserção	49,72	184,22
Contrato Emprego Inserção +	0,00	0,00
Medida de Estágios Profissionais	1.303,10	7.391,50
Medidas de Estimulo	1.257,66	1.509,19
TSU	0,00	0,00
Orçamento da Segurança Social	0,00	0,00
Fundo de Socorro Social	0,00	0,00
Subsidio Autarquia		
Câmara Municipal de Alcácer do Sal	0,00	0,00
Junta de Freguesia do Torrão	2.090,00	5.000,00
Fundo Social Europeu	0,00	0,00
TOTAL	401.874,18	411.238,54



11 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras:

Ver Nota 3.1.2.4.

12 — BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Durante o ano de 2017 houve alteração na composição dos diferentes Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia do Torrão, sendo que são apenas 12 o número de membros (saída de um membro), todos em regime de voluntariado, não auferindo qualquer remuneração, distribuídos da seguinte forma:

- Mesa da Assembleia Geral: 3 membros
- Conselho Fiscal: 3 membros
- Mesa Administrativa: 6 membros (em que um membro assume dois cargos)

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição no exercício foi de 50 com vínculo à Misericórdia.

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

- 45 -

Os gastos com os empregados correspondem a:

Gastos com Pessoal	2017	2016
Remunerações do Pessoal	429.310,20	451.049,66
Indemnizações	669,77	4.431,65
Encargos sobre Remunerações	94.993,95	98.240,69
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	4.854,30	3.976,29
Outros Gastos	1.050,00	1.020,00
Total	530.878,22	556.197,29

13 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço suscetíveis de originarem ajustamentos às demonstrações financeiras.

14 — AGRICULTURA

Não aplicável.

15— DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS:

A Misericórdia não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Misericórdia perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



16 — OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Não aplicável.

16.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

16.2.1. Outros Instrumentos financeiros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Misericórdia era detentora de um título no montante 499,40 euros.

16.2.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Descrição	2017	2016
Doadores	1.500,00	0,00
Total	1.500,00	0,00

16.2.3. Utentes c/c

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de clientes estava desagregada conforme quando abaixo:

Descrição	2017	2016
Utentes c/c – Resposta Centro de Dia	872,14	1.384,34
Utentes c/c – Resposta Serviço de Apoio Domiciliário	1.250,42	1.424,74
Utentes c/c – Resposta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	13.857,98	22.564,55
Total	15.980,54	25.823,08

16.2.4. Outros activos correntes

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de ativos correntes apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Outros Devedores	7.100,44	16.081,05
Total	7.100,44	16.081,05



162.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer – Seguros	3.468,19	6.575,10
Total	3.468,19	6.575,10

16.2.6. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de Dezembro de 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Quantia Escriturada e Movimentos do Período				
Rubrica	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	(867,58)	137.665,03	135.354,94	1.442,51
Depósitos à ordem	7.012,91	2.121.259,04	2.126.304,51	1.967,44
Saldo Final	6.145,33	2.258.924,07	2.261.659,45	3.409,95

16.2.7. Fundos patrimoniais

Nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes alterações:

Descrição	Saldo 01-01-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2017
Fundos	12.191,05	-	-	12.191,05
Resultados Transitados	(169.872,86)	(100.252,13)	-	(270.124,99)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	1.398.415,92	-	(50.265,86)	1.348.150,06
Total	1.240.734,11	(100.252,13)	(50.265,86)	1.090.216,12

16.2.8. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores apresenta os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Fornecedores C/C	82.700,50	73.945,05
Total	82.700,50	73.945,05



16.2.9. Estado e outros entes públicos

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos é composta pelos seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	2.494,75	2.106,00
Contribuições para a segurança social	19.017,50	20.785,02
Total	21.512,25	22.891,02

16.2.10. Outros passivos correntes e não correntes

Esta rubrica divide-se conforme quadro seguinte:

Descrição	2017	2016
Passivo Corrente	138.936,44	141.830,73
Pessoal	28.069,14	35.398,95
Credores por Acréscimo de Gastos	55.580,40	52.744,06
Outros Credores	31.286,90	35.687,72
Financiamentos Obtidos	24.000,00	18.000,00
Passivo Não Corrente	1.105.404,53	1.118.700,64
Fornecedores de Investimento	61.946,57	61.946,57
Financiamentos Obtidos	1.043.457,96	1.056.754,07

16.2.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Misericórdia reconheceu os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Doações	12.651,27	1.755,32
Total	12.651,27	1.755,32

Os subsídios e apoios do governo estão divulgados na Nota 10.



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

16.2.12. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica Fornecimentos e serviços externos no período findo em 31 de Dezembro de 2017 apresentava os seguintes saldos:

Decomposição da conta Fornecimentos e Serviços Externos	2017	2016
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS:	36.558,89	29.772,12
Trabalhos Especializados	17.816,10	18.094,97
Publicidade e Propaganda	0,00	0,00
Vigilância e Segurança	377,02	226,03
Honorários	7.392,85	1.004,40
Conservação e Reparação	10.972,92	10.446,7
MATERIAIS:	11.349,93	9.695,05
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	5.902,39	4.425,42
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	4.337,09	4.944,44
Artigos para Oferta	139,54	325,19
Material Didático e Lúdico	0,00	0,00
Outros Materiais	970,91	1.443,12
ENERGIA E FLUIDOS:	60.260,78	66.335,23
Eletricidade	36.754,91	44.300,39
Combustíveis	18.848,52	18.197,21
Água	4.657,35	3.837,63
Outros Fluidos	0,00	0,00
DESLOCAÇÕES E ESTADAS:	202,75	400,20
Refeições	42,70	0,00
Táxi	147,70	400,20
Portagens e Estacionamento	12,35	0,00
SERVIÇOS DIVERSOS:	28.925,21	30.137,96
Rendas e Alugueres	3.099,72	3.358,03
Comunicações	3.676,60	3.849,74
Seguros	4.087,52	5.023,90
Contencioso e Notariado	16,50	51,00
Limpeza, Higiene e Limpeza	16.821,24	12.465,29
Outros Serviços	1.223,63	5.390,00
ENCARGOS COM UTENTES	6.360,10	8.390,26
DEVOLUÇÕES DE OBS		
TOTAL	143.657,66	146.173,94



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

- 50 -

16.2.13. Outros rendimentos e ganhos

O resumo dos resultados gerados em operações classificadas como Outros Rendimentos e Ganhos foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	25.634,40	19.770,85
Desconto de pronto pagamento obtidos	60,00	26,53
Outros Rendimentos	4.967,53	4.243,92
Imputação subsídios ao investimento	50.265,86	75.939,86
Restituição de Impostos	572,96	157,25
Outros não especificados e Donativos	12.672,11	1.857,81
TOTAL	94.172,86	101.996,22

16.2.14. Outros gastos e perdas

O resumo dos resultados gerados em operações classificadas como Outros Gastos e Perdas foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Outros Gastos e Perdas	14.891,08	7.078,12
TOTAL	14.891,08	7.078,12

16.2.15. Mapas das valências da Misericórdia

Os resultados das três das valências da Misericórdia apresentam-se no quadro abaixo.

Rubricas	Ano 2017	CD	SAD	ERPI
Prestação de serviços	423 603,77	59 706,04	47 665,07	316 232,66
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	401 874,18	32 839,70	158 062,86	210 971,62
Outros Rendimentos e Ganhos	94 172,86	12 414,11	16 388,50	65 370,25
Total dos Ganhos	919 650,81	104 959,85	222 116,43	592 574,53
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	138 070,11	29 128,66	36 410,82	72 530,63
Fornecimentos e Serviços Externos	143 657,66	19 610,64	24 590,80	99 456,22
Gastos com o Pessoal	530 878,22	77 692,44	137 174,82	316 010,96
Gastos de Depreciação e de Amortização	97 518,01	18 230,43	24 878,12	54 409,46
Outros gastos e perdas	14 891,08	733,45	916,81	13 240,82
Total dos Gastos	925 015,08	145 395,62	223 971,37	555 648,09
Resultado Operacional	-5 364,27	-40 435,77	-1 854,94	36 926,44
Gastos de Financiamento	54 714,74	6 594,67	8 243,35	39 876,72
Resultado Líquido	-60 079,01	-47 030,44	-10 098,29	-2 950,28



13.2.16. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 08 de Maio de 2018.



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social


- 52 -

Relativamente aos restantes números do "Anexo às Demonstrações Financeira", nada há a declarar ou a comentar.

O PROVIDOR:


(Eng.º João Gonçalves Ferreira de Barahona Nuncio)


O TESOUREIRO:


(Dr. Gualter Manuel Marques Marranita)

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Carla Sofia da Silva Marranita)
MEMBRO OTOC 80408